

EDITAL Nº 364/2016

PAULO CÉSAR SANCHES CASINHAS DA SILVA VISTAS, LICENCIADO EM GESTÃO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Faz Público que esta Câmara Municipal, em reunião ordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2016, aprovou, nos termos do artigo 33.º, n.º1, alínea e) da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e do artigo 21.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, a Deliberação N.º 904/2016, proposta pelo Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional relativa **à manutenção do Tarifário aplicável ao serviço de Gestão de Resíduos Urbanos em 2017**, após emissão do Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

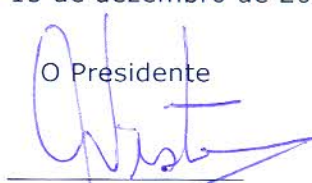
Faz igualmente público, a necessidade de publicitar a estrutura do “**Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos**” para o Município de Oeiras, para o ano 2017, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, respetivo Tarifário Social, bem como o Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos – aplicável aos Serviços Auxiliares e anexos¹ à deliberação supra identificada (anexo 2), conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.

Mais se Faz Público que o presente Edital produzirá efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2017.

E para constar se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo, e para os efeitos previstos no artigo 56.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

Oeiras, 15 de dezembro de 2016

O Presidente



Paulo Vistas

¹ **Anexo 1:** Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 24 de novembro de 2016, sua referência: O-009810/2016, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2017 do Município de Oeiras.

Anexo 2: Deliberação n.º 904/2016, aprovada a 14 de dezembro de 2016.



Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2017
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2017		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade (Fixa) Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Artigo 21.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado a 15 de abril de 2014 (Diário da República n.º 74 – 2.ª Série), relativo às Diferenciações Tarifárias
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa disponibilidade (fixa), depende da existência de comprovada situação de carência económica (alínea a) do n.º 1, n.º 2 e n.º 3 do artigo 22.º do RTSGRU), pelo sistema de segurança social
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicável exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos (alínea b) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 22.º do RTSGRU)
Conforme Formação de Tarifário para 2017 objeto de Parecer positivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 24 de novembro de 2016 sua referência: O-009810/2016)			

Nota:

Nos termos do n.º 2 do artigo 22º relativo aos Tarifários Sociais do RTSGRU, considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1º Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada - 2017

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código			Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores
					sem IVA
					1)
1.			Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.		Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.		Componente Variável		
1.	2.	1.	Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.	Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.	Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.	Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.	Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.			Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.		Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.		Componente Variável		
2.	2.	1.	Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) **Componente Fixa (RO) - Isenção do pagamento** sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) **Componente Fixa (RHE)** - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

ANEXO 1



ENTIDADE REGULADORA
DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

SIMAS

g

Ex.ºmo Senhor Presidente
Câmara Municipal de Oeiras
Largo Marquês de Pombal
2784-501 OEIRAS

vossa referência
your reference

vossa comunicação
your communication

nossa referência
our reference

nosso processo
our process

data
date

O-009810/2016

2016-11-24

assunto
subject

Parecer sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2017 - CM de Oeiras

Ex.ºmo Senhor, *Presidente da Câmara,*

Junto se envia o parecer desta Entidade sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2017 da
Câmara Municipal de Oeiras.

Com os melhores cumprimentos,

O Vogal do Conselho de Administração

Paulo Lopes Marcelo

(Paulo Lopes Marcelo)

Anexo: I-001791/2016

Rua Torriões da Fonseca, Torre G - 8º
1600-209 LISBOA - PORTUGAL

T: +351 210 052 200
F: +351 210 052 259

www.ersar.pt
geral@ersar.pt





ERSAR

ENTIDADE REGULADORA
DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

Parecer

Visto, com a minha concordância.

Propõe-se a consideração do Conselho de Administração a aprovação do parecer anexo e o seu envio à Câmara Municipal de Oeiras na qualidade de entidade gestora.

Mais se propõe que, face à urgência, relacionada com o termo do prazo legal, a decisão seja tomada pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. Paulo Lopes Marcelo e que seja presente para ratificação na próxima reunião do Conselho de Administração.

A Diretora do DEF

(Alexandra Gonçalves da Cunha)

2016-11-21

Decisão

Na ausência dos restantes membros do Conselho de Administração, aprovo, sujeito a ratificação na próxima reunião do Conselho de Administração.

O Vogal do Conselho de Administração,

(Paulo Lopes Marcelo)

2016-11-23

Informação	I-001791/2016	Data	2016-11-07
Assunto	Parecer sobre a proposta de tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos para 2017 – CM de Oeiras		

No âmbito da análise efetuada à proposta de atualização tarifária remetida pela CM de Oeiras, submete-se à aprovação superior o parecer que se anexa.

O Técnico

(Filipe Ruivo)



9

Parecer sobre a formação de tarifários 2017

Informação	I-001791/2016
Entidade gestora	CM de Oeiras
Serviço(s)	Gestão de resíduos urbanos
Data da deliberação do	
Conselho de Administração	2016-11-23

A Câmara Municipal de Oeiras (adiante designada por CM de Oeiras) submeteu no módulo de regulação económica do Portal da ERSAR informação relativa à proposta de tarifário para 2017, nos termos solicitados no ofício ERSAR n.º 007636/2016, de 21 de setembro.

Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são atribuições desta entidade, designadamente, regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal. No mesmo sentido, aponta o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as tarifas municipais dos serviços de abastecimento, saneamento e resíduos estão sujeitas ao parecer desta entidade reguladora, no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Na sequência da análise dos elementos remetidos, e da informação existente na ERSAR, são apresentadas as considerações desta Entidade sobre a proposta remetida, sendo identificado, em cada ponto de análise, o respetivo anexo onde se apresentam os valores apurados.

9

1. Análise

- Resumo dos indicadores (anexos 1, 2 e 6)

	Resíduos urbanos	
Cobertura de gastos totais (conforme guia de avaliação da qualidade dos serviços)	0,7	Insatisfatório
Cobertura de gastos totais por via tarifária (T1)	0,7	Insatisfatório
Cobertura de gastos totais por via de outros rendimentos e subsídios ao investimento		
Cobertura de gastos totais por via de subsídio implícito/ Valor do subsídio	0,3	3 826 101 €
Cobertura de gastos totais (implícito)	1,0	
Custos unitários de exploração	144,92 €/t	Insatisfatório
Acessibilidade económica	0,15%	Bom

Nota:

A avaliação da cobertura de gastos totais e por via tarifária, bem como da acessibilidade económica, é efetuada de acordo com os valores de referência definidos pela ERSAR no âmbito da avaliação da qualidade de serviço. Os custos unitários de exploração são avaliados de acordo com intervalos de referência considerados pela ERSAR (vide Anexo). O conceito dos 3Ts foi desenvolvido pela OCDE, a fim de descrever e categorizar as três fontes de financiamento do investimento para o setor da água: Tarifas (T1); Subsídios à exploração (T2) e Transferências ou subsídios ao investimento (T3).

Em 2017, tendo por base as projeções apresentadas pela CM de Oeiras para o serviço de gestão de resíduos urbanos, o grau de cobertura de gastos totais e por via tarifária afigura-se insatisfatório, não obstante a evolução positiva que se tem vindo a registar. Para a prestação do serviço no município de Oeiras em 2017, será necessário recorrer a um nível de subsidiação que atinge 3,8 milhões de euros.

Salienta-se ainda que os custos unitários de exploração projetados para 2017 são insatisfatórios na medida em que registam valores superiores aos considerados adequados pela ERSAR para a prestação do serviço.

- Investimento (anexos 3 e 4)

Entre 2016-2020, a CM de Oeiras prevê investir 2,4 milhões de euros no serviço de gestão de resíduos urbanos, recorrendo a autofinanciamento, dos quais 730 milhares de euros (30%) estão previstos realizar em 2017, representando um acréscimo significativo face ao investimento de 2016 (69 milhares de euros).

O impacto do investimento previsto para 2017 nos gastos totais traduz-se num acréscimo de 68,3 milhares de euros nas amortizações e depreciações do exercício.

- **Estrutura tarifária**

Conformidade com o Regulamento Tarifário

A análise pela ERSAR do “Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras”, foi vertida na I-001175/2016, de 2016-09-02, e remetida à CM de Oeiras através do ofício 0-007200/2016, de 2016-09-05.

Sem prejuízo das observações efetuadas, apraz-nos verificar que a estrutura tarifária prevista aplicar em 2017 pela CM de Oeiras cumpre as principais disposições do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos.

2. Conclusões e recomendações

Face ao exposto, conclui-se que a CM de Oeiras propõe um tarifário para o serviço de gestão de resíduos urbanos que conduz a uma recuperação de custos por via tarifária insuficiente, devendo promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços, sem comprometer a acessibilidade económica.

Saliente-se ainda que, nos termos do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, as decisões das entidades titulares desconformes às recomendações da ERSAR ou aos pareceres da ERSAR devem fundamentar essa opção na respetiva deliberação.

Mais se informa que o tarifário aprovado, acompanhado da respetiva deliberação municipal, deve ser submetido em “Tarifários ao utilizador final” do módulo de regulação económica no Portal da ERSAR, até 15 dias após a sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º -A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Por último, a ERSAR reitera a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos ou apoio considerados necessários.

9

CM de Oeiras

Formação de tarifários - Anexos
2017

Anexo 7 – Bandas de referência

Grau de cobertura de gastos totais			
Abastecimento + Saneamento + Resíduos Urbanos			
Bom	[1,0;1,1]		
Mediano	[0,9;1,0[ou]1,1;1,2]		
Insatisfatório	[0,0;0,9[ou]1,2;+00[
Custos unitários de exploração			
	Abastecimento	Saneamento	Resíduos Urbanos
Bom	[0,3809;0,7892]	[0,2843;0,5379]	[61,1;84,2]
Mediano]0,7892;1,0947]]0,5379;0,9233]]84,2;122,7]
Insatisfatório]1,0947;+00[]0,9233;+00[]122,7;+00[
Mínimo	0,3809	0,2843	61,1
AA e AR: €/m ³ ; RU: €/ton			
Acessibilidade económica			
Abastecimento + Saneamento + Resíduos Urbanos			
Bom	[0;0,5%]		
Mediano]0,50%;1,00%]		
Insatisfatório]1,00%;+00[

CM de Oeiras

Formação de tarifários - Anexos
2017

Anexo 1 - Grau de recuperação de custos

	2013	2014	2015	2016	2017
Grau de cobertura dos gastos totais					
Resíduos	0,5	0,4	0,5	0,6	0,7
Grau de cobertura dos gastos de exploração					
Resíduos	0,5	0,4	0,5	0,6	0,7
Grau de cobertura de gastos totais por via tarifária					
Resíduos	0,5	0,4	0,5	0,6	0,7
Grau de cobertura dos gastos de exploração por via tarifária					
Resíduos	0,5	0,4	0,5	0,6	0,7

Notas:

- Grau de cobertura dos gastos totais: $\text{proveitos totais (inclui proveitos extra tarifários) / gastos totais}$;
- Grau de cobertura dos gastos de exploração: $\text{proveitos totais (inclui proveitos extra tarifários) / gastos de exploração (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e outros gastos e perdas operacionais)}$;
- Grau de cobertura de gastos totais por via tarifária: $\text{proveitos tarifários / gastos totais}$;
- Grau de cobertura de gastos de exploração por via tarifária: $\text{proveitos tarifários / gastos de exploração (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e outros gastos e perdas operacionais)}$.

Anexo 2 - Custos unitários de exploração

	2013	2014	2015	2016	2017
Resíduos	192,42	219,21	164,85	155,19	144,92
	€	€	€	€	€
Custos de exploração	13.323.596	15.096.492	11.508.794	11.394.287	11.199.386
Quantidades (t/ano)	69.241	68.868	69.815	73.421	77.281

Os volumes considerados correspondem aos seguintes dados da avaliação da qualidade de serviço: dAA14ab, dAR23ab e dRU12ab.



CM de Oeiras

Formação de tarifas - Anexos
2017

Anexo 3 - Investimentos e financiamento

	Resíduos	Total
Investimento em 2015 (Real)	€ 69.112	€ 69.112
Investimento em 2016 (Estimativa de fecho)	€ 719.104	€ 719.104
Investimento em 2017 (Previsional)	€ 957.200	€ 957.200
Investimento em 2018 (Previsional)	€ 691.450	€ 691.450
Investimento em 2019 (Previsional)	€ 0	€ 0
Investimento em 2020 (Previsional)	€ 0	€ 0
Total	€ 2.436.866	€ 2.436.866
Financiamento a fundo perdido	€ 0	€ 0
Reembolsável	€ 0	€ 0
Autofinanciamento	€ 2.367.754	€ 2.367.754

Anexo 4 - Investimento acumulado previsto

	Resíduos	Total
Ativo fixo bruto em 31/12/2015	€ 8.857.654	€ 8.857.654
Amortizações acumuladas em 31/12/2015	€ 515.596	€ 515.596
Subsídios ao investimento por reconhecer em 31/12/2015	€ 0	€ 0
Investimento líquido de amortizações e subsídios em 31/12/2015	€ 8.342.057	€ 8.342.057
Ativo fixo bruto em 31/12/2016	€ 9.576.758	€ 9.576.758
Amortizações do exercício estimadas em 31/12/2016	€ 566.940	€ 566.940
Amortizações acumuladas estimadas em 31/12/2016	€ 1.082.537	€ 1.082.537
Subsídios ao investimento por reconhecer em 31/12/2016	€ 0	€ 0
Investimento líquido de amortizações e subsídios em 31/12/2016	€ 8.494.221	€ 8.494.221
Ativo fixo bruto em 31/12/2017	€ 10.533.958	€ 10.533.958
Amortizações do exercício estimadas em 31/12/2017	€ 635.284	€ 635.284
Amortizações acumuladas estimadas em 31/12/2017	€ 1.717.821	€ 1.717.821
Subsídios ao investimento por reconhecer em 31/12/2017	€ 0	€ 0
Investimento líquido de amortizações e subsídios em 31/12/2017	€ 8.816.137	€ 8.816.137
Total	€ 59.138.964	€ 59.138.964

CM de Oeiras

Formação de tarifários - Anexos
2017

Anexo 5 - Encargos tarifários para o utilizador final doméstico

	2016	2017	Variação	Variação (%)
Encargo total anual - Consumo mensal de 5 m ³	€ 55,38	€ 55,86	€ 0,48	0,86%
Encargo anual resíduos	€ 55,38	€ 55,86	€ 0,48	0,86%
Componente fixa	€ 34,27	€ 34,75	€ 0,48	1,39%
Componente variável	€ 21,11	€ 21,11	€ 0,00	0,00%
Encargo total anual - Consumo mensal de 10 m ³	€ 76,49	€ 76,96	€ 0,48	0,62%
Encargo anual resíduos	€ 76,49	€ 76,96	€ 0,48	0,62%
Componente fixa	€ 34,27	€ 34,75	€ 0,48	1,39%
Componente variável	€ 42,22	€ 42,22	€ 0,00	0,00%
Encargo total anual - Consumo mensal de 15 m ³	€ 97,60	€ 98,07	€ 0,48	0,49%
Encargo anual resíduos	€ 97,60	€ 98,07	€ 0,48	0,49%
Componente fixa	€ 34,27	€ 34,75	€ 0,48	1,39%
Componente variável	€ 63,32	€ 63,32	€ 0,00	0,00%

Anexo 6 - Acessibilidade económica

Acessibilidade Económica do Serviço em Baixa

	2013	2014	2015	2016	2017
Resíduos	0,10%	0,10%	0,12%	0,15%	0,15%

Notas:

Este indicador é calculado de acordo com a metodologia definida no "Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª geração do sistema de avaliação".

ANEXO 2



Cabimento	Carimbo de Votação PROVADO EM 14.12.16 Aprovado por: <i>mauricio</i> APROVADO EM MINUTO O Funcionário: <i>marcelo</i>	Carimbo do Dirigente MARIA EMILIA XAVIER Diretora do Departamento de Desenvolvimento Organizacional
-----------	---	--

Proposta de Deliberação N.º 904/2016
(1)

DGDO (part)
385/3011
UPOC

Serviço: DGDO – Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional
Assunto: Tarifário aplicável à Atividade de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2017

Descrição da Ação: (4)

Classificação da Despesa: _____
(5) Orgânica Económica Projeto Ano/N.º.

I - Introdução

O presente Tarifário, a aplicar à atividade de Gestão de Resíduos Urbanos na área geográfica do Concelho de Oeiras, vem dar cumprimento ao preceituado na legislação em vigor, designadamente, em matéria do regime jurídico das autarquias locais e do regime de financiamento previstos na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, respetivamente.

Simultaneamente resulta da aplicação dos novos requisitos legais aprovados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos termos do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (adiante designado por RTSGRU), a que se refere a Deliberação nº 928/2014 da aludida entidade, publicada a 15 de abril de 2014 no Diário da República nº 74, 2ª Série.

Pelo 3º ano consecutivo, desde a publicação do RTSGRU, a estrutura tarifária, ora proposta para 2017, respeita o disposto nos primeiros 23 artigos da referida deliberação, tendo-se dado cumprimento aos requisitos legais requeridos em matéria de submissão à avaliação da Entidade Reguladora, a qual referiu no



respetivo Parecer que "(...) aprez-nos verificar que a estrutura tarifária prevista aplicar em 2017 pela CM de Oeiras cumpre as principais disposições do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos".

Por fim, importa referir que os proveitos provenientes da aplicação do tarifário ora proposto destinam-se a financiar a atividade de gestão de resíduos urbanos, designadamente, os custos com a recolha, transporte, tratamento e destino final, e reportam-se à componente faturada pelos SIMAS no âmbito da faturação do abastecimento de água e, bem assim, embora com menor expressão, dos Serviços Auxiliares prestados pela autarquia, entendidos, no RTSGRU, como sendo "os serviços prestados pela entidade gestora, de carácter conexo com o serviço de gestão de resíduos urbanos, mas que, pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica."

II – Análise

Conforme tem sido prática, nos dois anos anteriores, o Tarifário do Serviço de Gestão dos RU, para 2017, contempla as Tarifas a aplicar aos Utilizadores Domésticos e Não Domésticos em sede da faturação emitida pelos SIMAS, bem como as Tarifas aplicadas aos Serviços Auxiliares faturados pela autarquia.

Se por um lado, o primeiro tarifário foi elaborado tendo em consideração o disposto no RTSGRU, o tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares respeita, por outro, a estrutura tarifária e respetivos valores previstos no Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, de Limpeza e de Higiene Urbana do Município de Oeiras. Atente-se que a estrutura tarifária da componente regulada faturada pelos SIMAS também se encontra vertida no referido regulamento municipal do serviço.

Para efeito da definição do tarifário faturado pelos SIMAS foi utilizado como referência o ficheiro relativo à Formação do Tarifário para 2017, elaborado pela ERSAR, o qual, sendo de utilização obrigatória, foi refletido no documento de apoio à semelhança das estruturas dos utilizadores e dos consumos de água facultadas pelos SIMAS para as diferentes tipologias de utilizadores, incluindo os inerentes aos Tarifários Sociais por grupo de utilizadores, a partir das quais foram efetuadas as projeções do n.º de contadores/utilizadores e do n.º de m³ de água consumida para o ano em apreço.

Não obstante a análise dos indicadores expectável por parte da entidade reguladora, em sede do respetivo Parecer, o Tarifário proposto para 2017 corresponde, na componente faturada pelos SIMAS, às tarifas em vigor em 2016, resultando na assunção de uma subsidiação da CMO (extra tarifas) além dos 3,8 milhões (informação projetada: custos = 12.172.711,94 €; proveitos provenientes das tarifas = 8.346.610,99 €).

Acresce referir que, mantendo-se a impossibilidade de medir ou pesar os resíduos urbanos recolhidos em território municipal, o Tarifário para 2017, tal como o atualmente em vigor, não contempla o Tarifário aplicável às Famílias Numerosas, pois a Tarifa Variável é, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 20º, calculada por indexação ao consumo da água, ou seja, em euros por m³ de água consumida.

Finalmente, considera-se oportuno destacar algumas considerações que se depreendem ou constam do Parecer emitido pela ERSAR, a saber:

1. A análise do resumo dos indicadores aponta, respetivamente:
 - a. Para a melhoria do Grau de Cobertura do Gasto Total, o qual, apesar das recomendações apresentadas, alterou de 0,6 em 2016 (insatisfatório) para 0,7, em 2017, ainda assim, insatisfatório, *"...não obstante a evolução positiva que se tem vindo a registar.", refere a mesma entidade;*
 - b. Para a manutenção da apreciação sobre o Custo Unitário de Exploração, o qual se mantém insatisfatório não obstante a descida registada de 155,19 € em 2016 para 144,92 € em 2017;
 - c. Para a boa Acessibilidade Económica (0,15%), igual comportamento ao previsto para 2016;
2. Refere ainda que *"Para a prestação do serviço no município de Oeiras em 2017, será necessário recorrer a um nível de subsidiação que atinge os 3,8 milhões de euros." (conforme acima referido).*
3. Releva que *"os custos unitários de exploração projetados para 2017 são insatisfatórios na medida em que registam valores superiores aos considerados adequados pela ERSAR para a prestação do serviço."*
4. A título de conclusão alude que *"a CM Oeiras propõe um tarifário para o serviço de gestão de resíduos urbanos que conduz a uma recuperação de custos por via tarifária insuficiente, devendo promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços, sem comprometer a acessibilidade económica."*



5. Considera, no âmbito da Estrutura Tarifária, que *“Sem prejuízo das observações efetuadas, apraz-nos verificar que a estrutura tarifária prevista aplicar em 2017 pela CM Oeiras cumpre as principais disposições do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos”*.

III - Fundamentação Legal e/ou Regulamentar

1. A Lei nº 75/2013 determina, na alínea e) do nº 1 do artigo 33º, que compete à Câmara Municipal Fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras.
2. A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, relativa ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece, no seu artigo 21º, os requisitos legais subjacentes aos preços a fixar e a praticar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta, não devendo esses ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.
3. A lei nº 10/2014, de 6 de março, aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), constituindo atribuição desta entidade, entre outras (plasmadas no artigo 5º), em matéria de regulação comportamental económica, as seguintes, integrantes, respetivamente, nas alíneas b) e c) do número 3:
 - a. *Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis;*
 - b. *Emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação aplicável, bem como fiscalizar e sancionar o seu incumprimento;*
4. O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado no Diário da República, 2ª Série – nº 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação nº 928/2014 da ERSAR, estabelece, nos termos do seu artigo 1º, as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.

5. A proposta do Modelo de Tarifário para 2017 foi submetida no prazo regulamentar para o efeito (dia 17 de outubro de 2016), a qual foi elaborada por aplicação dos primeiros 23 artigos do aludido regulamento (com caráter vinculativo).
6. Por aplicação do teor do Título III do RTSGRU, relativo à incidência e estrutura tarifária, nomeadamente, o constante no artigo 20º, que define as regras de aplicação da tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos, a metodologia utilizável ao cálculo da tarifa variável no Município de Oeiras é a referida na alínea c) do nº 1, ou seja, a Tarifa Variável dos RU é indexada ao consumo da água por não existir medição direta do peso ou volume de resíduos urbanos produzidos (euros/m3 de água consumida).
7. Decorre da metodologia aplicável ao cálculo da Tarifa Variável, referida no ponto anterior, a impossibilidade de aplicação de Tarifário para Famílias Numerosas no município nos termos do nº 1 do artigo 23º, o qual estabelece que este tarifário, em particular, apenas será aplicável quando seja adotada a metodologia prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 20º. Entenda-se que o referido requisito legal tem subjacente a utilização de metodologias vulgarmente designadas por PAYT¹, sendo possível a aplicação de diferentes escalões aos utilizadores domésticos em função do volume de resíduos produzidos e medidos.
8. Ao abrigo do nº 2 do artigo 21º a diferenciação tarifária consubstancia-se pela aplicação de tarifas diferenciadas de disponibilidade (componente fixa) e variável aos serviços de resíduos consoante se trate de utilizadores domésticos ou não domésticos.
9. Os tarifários sociais aplicáveis encontram-se previstos no artigo 22º, respetivamente:
 - a. Alínea a) do nº 1) - utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social, através da isenção das tarifas de disponibilidade;
 - b. Alínea b) do nº 1 - utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação das tarifas (de disponibilidade e variável) aplicáveis aos utilizadores domésticos.
10. Para efeitos da alínea a do ponto 9, considera-se, ao abrigo do nº 2 do artigo 22º, carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

¹ PAYT – acrónimo de “Pay-As-you-Throw” que, traduzido à letra corresponde a “pague em função do que rejeita” (alínea f) do nº 1 do artigo 3º do RTSGRU).

- a. Complemento Solidário para Idosos;
 - b. Rendimento Social de Inserção;
 - c. Subsídio Social de Desemprego;
 - d. 1º Escalão do Abono de Família;
 - e. Pensão Social de Invalidez.
11. Nos termos do artigo 93º, relativo ao regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão direta, as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta dispõem de um prazo de cinco anos contados da publicação do referido regulamento para fazer cumprir as regras constantes da secção II do capítulo III do título IV, devendo ser definida para esse efeito uma trajetória de convergência tarifária.

IV - Proposta

Em face do exposto propõe-se ao Órgão Executivo que:

1. Aprove, por aplicação da legislação em vigor nomeadamente a atrás referida, a manutenção do tarifário em vigor (Faturação SIMAS), publicitado no Edital nº 345/2015 de 18 de dezembro e do respetivo enquadramento, em 2017, e a alteração do Tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares, o qual respeita o preceituado nessa matéria no Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, de Limpeza e Higiene Urbana, conforme Formação de Tarifário submetida à ERSAR e objeto de Parecer, nos termos e em conformidade com a comunicação desta entidade que junto se anexa (sua Referência: O-009810/2016, de 24 de novembro);
2. Após tal aprovação, se proceda à publicitação da estrutura do "Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos" para o Município de Oeiras, para o ano 2017, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, do Tarifário Social, bem como do Tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares, conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.

Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2017
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2017		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade (Fixa) Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Artigo 21º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado a 15 de abril de 2014 (Diário da República nº 74 - 2ª Série), relativo às Diferenciações Tarifárias
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa disponibilidade (fixa), depende da existência de comprovada situação de carência económica (alínea a) do nº 1, nº 2 e nº 3 do artigo 22º do RTSGRU), pelo sistema de segurança social
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicável exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos (alínea b) do nº 1 e nº 4 do artigo 22º do RTSGRU)
Conforme Formação de Tarifário para 2017 objeto de Parecer positivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 24 de novembro de 2016 sua referência: O-009810/2016)			

Nota:

Nos termos do nº 2 do artigo 22º relativo aos Tarifários Sociais do RTSGRU, considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1º Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada - 2017

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código			Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores sem IVA 1)
1.			Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.		Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.		Componente Variável		
1.	2.	1.	Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.	Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.	Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.	Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.	Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.			Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.		Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.		Componente Variável		
2.	2.	1.	Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) **Componente Fixa (RO)** - Isenção do pagamento sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) **Componente Fixa (RHE)** - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

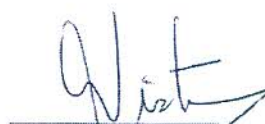
A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.



V – Anexos

Anexo 1: Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 24 de novembro de 2016, sua referência: O-009810/2016, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2017 do Município de Oeiras.

Anexo 2: Informação do DGDO\DGF\UPOC nº 21278/2016.


O Presidente
Paulo Vistas

Oeiras, 5 de dezembro de 2016



0INFORMAÇÃO N.º INT-CMO/2016/21278

Assunto: Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos 2017 -
Proposta

I. Enquadramento:

1. A Lei n.º 75/2013 determina, na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, que compete à Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras.
2. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, relativa ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece, no seu artigo 21.º, os requisitos legais subjacentes aos preços a fixar e a praticar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta, não devendo esses ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.
3. A lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), constituindo atribuição desta entidade, entre outras (plasmadas no artigo 5.º), em matéria de regulação comportamental económica, as seguintes, integrantes, respetivamente, nas alíneas b) e c) do número 3:
 - a. *Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis;*
 - b. *Emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação aplicável, bem como fiscalizar e sancionar o seu incumprimento;*
4. O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR, estabelece, nos termos do seu artigo 1.º, as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.
5. A proposta do Modelo de Tarifário para 2017 foi submetida no prazo regulamentar para o efeito (dia 17 de outubro de 2016), a qual foi elaborada por aplicação dos primeiros 23 artigos do aludido regulamento (com caráter vinculativo).
6. Por aplicação do teor do Título III do RTSGRU, relativo à incidência e estrutura tarifária, nomeadamente, o constante no artigo 20.º, que define as regras de aplicação da tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos, a metodologia utilizável ao cálculo da tarifa variável no Município de Oeiras é a referida na alínea c) do n.º 1, ou seja, a Tarifa Variável dos RU é indexada ao consumo da água por não existir medição direta do peso ou volume de resíduos urbanos produzidos (euros/m³ de água consumida).
7. Decorre da metodologia aplicável ao cálculo da Tarifa Variável, referida no ponto anterior, a impossibilidade de aplicação de Tarifário para Famílias Numerosas no município nos termos do n.º 1 do artigo 23.º, o qual estabelece que este tarifário, em particular, apenas será aplicável quando seja adotada a metodologia prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º. Entenda-se



- que o referido requisito legal tem subjacente a utilização de metodologias vulgarmente designadas por PAYT¹, sendo possível a aplicação de diferentes escalões aos utilizadores domésticos em função do volume de resíduos produzidos e medidos.
8. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 21.º a diferenciação tarifária consubstancia-se pela aplicação de tarifas distintas de disponibilidade (componente fixa) e variável aos serviços de resíduos consoante se trate de utilizadores domésticos ou não domésticos.
 9. Os tarifários sociais aplicáveis encontram-se previstos no artigo 22.º, respetivamente:
 - a. Alinea a) do n.º 1) - utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social, através da isenção das tarifas de disponibilidade;
 - b. Alinea b) do n.º 1 - utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação das tarifas (de disponibilidade e variável) aplicáveis aos utilizadores domésticos.
 10. Para efeitos da alínea a) do ponto 9, considera-se, ao abrigo do n.º 2 do artigo 22.º, carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:
 - a. Complemento Solidário para Idosos;
 - b. Rendimento Social de Inserção;
 - c. Subsídio Social de Desemprego;
 - d. 1.º Escalão do Abono de Família;
 - e. Pensão Social de Invalidez.
 11. Nos termos do artigo 93.º, relativo ao regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão direta, as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta dispõem de um prazo de cinco anos contados da publicação do referido regulamento para fazer cumprir as regras constantes da secção II do capítulo III do título IV, devendo ser definida para esse efeito uma trajetória de convergência tarifária.

II. Metodologia:

Nos termos das Instruções que constam do ficheiro da ERSAR para importação da Formação do Tarifário para 2017, a efetuar no Portal, as entidades gestoras devem manter os critérios de repartição, para efeito do apuramento dos Custos Indiretos e Custos Comuns, utilizados no Reporte de Contas de 2016. Refere o mesmo documento que, caso pretendam alterar tais pressupostos para 2017, deve ser incluída uma nota nesse sentido no Campo de Observações.

Note-se que a base a que se refere o "Reporte de Contas de 2016" (exercício económico ainda em curso) reporta-se à Previsão de Fecho de Exercício 2016 apresentado em sede da Formação do Tarifário 2017.

¹ PAYT – acrónimo de "Pay-As-you-Throw" que, traduzido à letra corresponde a "pague em função do que rejeta" (alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º do RTSGRU).

Em matéria de Proveitos RU, a ERSAR entende que a folha correspondente, no ficheiro de importação, deverá permitir apurar os proveitos a gerar por esse serviço, em 2017, a partir do tarifário proposto, ao utilizador final, e nas quantidades previstas para efeito de faturação (n.º de contratos e n.º de m³ de água consumida como base de aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável, respetivamente). Define ainda a mesma entidade, que o valor da tarifa de disponibilidade deve corresponder ao seu valor diário e relembra que a estrutura tarifária prevista nos artigos 18.º e seguintes do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos é de aplicação obrigatória, devendo a sua aplicação ser precedida da revisão do respetivo regulamento municipal.

No entanto, com o regulamento municipal na reta final, já objeto de Parecer pela Entidade Reguladora e de Consulta Pública (ambos os requisitos sem quaisquer alterações substanciais) e em fase de apreciação e aprovação final pelos Órgãos Municipais, o Município de Oeiras regista já a Formação dos Tarifários para 2015, 2016 (em vigor) e 2017 em conformidade com o novo modelo tarifário.

Considerando que o produto dos proveitos de 2015 e 2016 resultam da aplicação de um novo modelo tarifário que, assente na prática de tarifas únicas (disponibilidade e variável), consubstancia-se numa estrutura totalmente diferente da até então praticada, considera-se relevante manter a análise da estrutura dos proveitos provenientes da faturação emitida pelos SIMAS para o Concelho de Oeiras.

Contudo, tal como no ano anterior, não foi possível aos SIMAS facultar a informação que seria desejável por tipo de tarifa e tipo de utilizador, incluindo a inerente aos tarifários sociais, relativamente aos proveitos correspondentes de 2015 e 2016, tendo-se procedido à análise dos proveitos registados em 2015 e, bem assim, ao tratamento da informação necessária à previsão de fecho do exercício de 2016 e à projeção dos agregados de proveitos e de custos para 2017 a partir da informação disponível.

A previsão dos proveitos para 2016 suportou-se na recolha e sistematização da informação relativa à arrecadação dos montantes apurados e transferidos para a autarquia, pelos SIMAS, relativos aos primeiros oito meses de 2016 e, simultaneamente, face ao ano de histórico de aplicação do novo modelo tarifário, considerou-se que a projeção dos últimos 4 meses do 2.º semestre de 2016 registaria um nível de arrecadação similar ao registado no período homólogo de 2015 acrescido de 50% da variação registada no 1.º semestre de 2016 comparativamente com o período homólogo anterior, constituindo-se o mês de dezembro como o mês residual, conforme expressa o quadro imediatamente infra. Atente-se que o referido acréscimo foi aplicado, nas respetivas proporções, aos valores base que naturalmente precederam os apresentados, os quais tiveram subjacentes os pressupostos que a seguir se apresentam, respetivamente:

- Setembro – média dos últimos 5 períodos homólogos - 2011 a 2015 (542.493,23 €);
- Outubro – igual a outubro de 2015 acrescido da diferença entre este e o mês de outubro de 2014 (469.190,64 €);

- Novembro – igual a novembro de 2015 acrescido de 50% da diferença entre este e o mês de novembro de 2014 (188.062,96 €);
- Dezembro – igual ao 2.º semestre de 2015 deduzido da execução dos meses de julho e agosto de 2016 e da projeção, discriminada nos postos anteriores (438.217,35 €).

Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos
Análise comparativa da execução da receita proveniente da faturação SIMAS, sobre a qual incide o Tarifário em vigor*
Preços Correntes

(Unid.: Euro)

Apuramentos	Anos												Var. 2016/2015	
	2011	Ext. %	2012	Ext. %	2013	Ext. %	2014	Ext. %	2015	Ext. %	2016**	Ext. %	V.A.	%
Janaro	184.190,56	5,2	306.876,79	5,1	558.643,69	9,2	602.648,69	10,1	494.734,72	8,1	506.016,19	7,0	10.281,46	2,1
Fevereiro	196.750,85	5,5	420.089,29	7,1	469.925,76	7,7	413.025,06	6,9	333.072,48	5,6	215.200,07	3,0	-117.872,41	-35,4
Março	237.572,66	6,7	578.000,20	9,7	522.591,73	8,6	466.932,65	8,1	562.652,80	9,2	607.328,99	9,2	124.676,19	18,6
Abril	266.042,87	8,1	444.457,87	7,4	490.887,74	8,1	383.902,45	6,4	330.147,43	5,4	468.494,82	6,5	138.347,39	41,9
Mai	316.717,61	9,0	546.903,80	9,5	517.051,11	8,5	512.777,99	8,6	636.150,52	10,5	1.034.592,05	14,3	398.441,53	62,6
Junho	382.741,77	10,8	546.829,54	9,1	415.276,01	6,8	306.861,96	5,1	582.509,99	9,6	818.661,83	11,3	235.151,84	40,5
Subtotal - 1.º Semestre	1.605.964,39	45,3	2.669.751,49	49,0	2.973.776,34	48,9	2.701.148,82	45,3	2.939.267,95	48,3	3.709.293,95	51,2	779.026,00	26,7
Julho	312.493,03	8,8	573.444,44	9,6	442.491,67	7,3	360.108,54	6,0	411.892,38	6,8	377.987,57	5,2	-33.904,81	-8,2
Agosto	334.870,01	9,4	587.243,93	9,5	652.145,87	10,7	349.808,16	5,9	539.301,55	8,9	1.131.440,61	15,6	592.139,06	109,8
Setembro	305.976,40	8,6	483.187,51	7,7	513.788,08	8,5	618.356,96	13,7	611.157,19	10,0	676.009,41	9,3	58.852,22	9,6
Outubro	314.250,13	8,9	650.534,05	10,9	585.652,24	9,6	574.614,18	9,6	521.902,41	8,5	579.476,63	8,0	57.574,22	11,0
Novembro	318.785,69	9,0	504.150,75	8,4	490.237,03	8,1	541.582,82	9,1	305.902,91	5,0	232.769,25	3,2	-73.634,66	-24,1
Dezembro	353.033,16	10,0	351.819,05	5,6	431.351,61	6,9	616.609,74	10,3	757.335,91	12,4	541.222,68	7,5	-216.013,03	-28,5
Subtotal - 2.º Semestre	1.938.898,45	54,7	3.110.379,73	52,0	3.105.666,50	51,1	3.250.080,80	54,7	3.147.392,35	61,7	3.637.406,35	48,8	385.013,00	12,2
Total Geral	3.544.862,84	100,0	5.780.131,22	100,0	6.079.442,84	100,0	5.951.229,62	100,0	6.086.660,30	100,0	7.346.699,30	100,0	1.155.039,00	19,0

	2012/2011		2013/2012		2014/2013		2015/2014		2016/2015	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Variação	2.415.368,38 €	68,2	39.311,72 €	1,7	-118.213,32 €	-2,0	195.430,68 €	2,1	1.255.039,00 €	19,0

Fonte: Consulta das Guias Emitidas no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, exceto para 2016 em que apenas se considerou as consultas até 30 de setembro. Foram igualmente consultadas todas as Guias para atrição qual o período de apuramento.

Tratamento UPOC

NOTAS

* O Tarifário em vigor não contempla os Serviços Apuráveis na medida em que estes são prestados pela Município de Oeiras.

Os valores inscritos no presente quadro não compreendem os prováveis pagamento de valores em dívida pelos utilizadores do UPO.

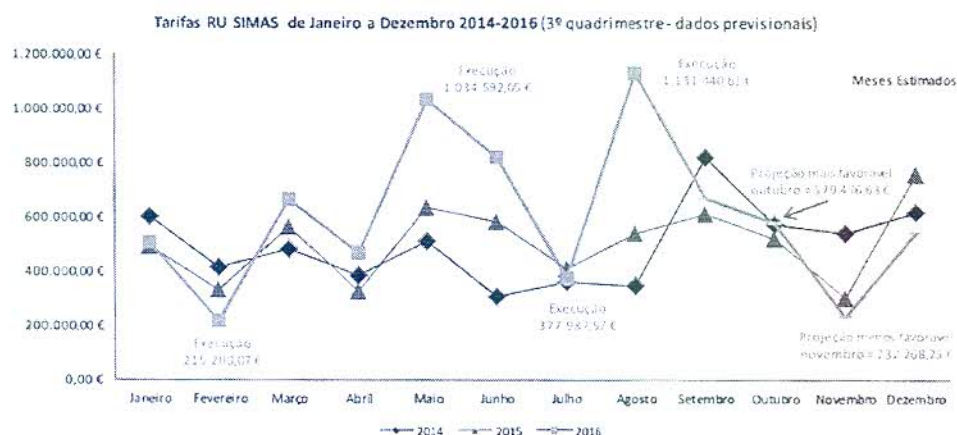
** Os valores de 2016 referem-se à execução dos primeiros 10 meses e à previsão do último quadrimestre.

Anexa a relativa aos meses de dezembro de cada ano encontra-se registada no início do ano seguinte.

Apenas os anos de 2012 e 2015 apresentam alterações ao Tarifário aplicável à atividade de Gestão de Resíduos Sólidos, sendo de relevar que, em 2015 e 2016, o Modelo aplicável está em conformidade com o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicada a 15 de abril de 2014 (Deliberação nº 926/2014, de 15 de abril, da DSAR).

Em 2015, o valor relativo aos meses de março e abril contemplam, na respetiva proporção do valor de ambos os meses, uma parte da Guia da Receta 15.684 no valor de 170.056,68 €.

Note-se que na sequência da entrada nos cofres da autarquia do valor das tarifas do mês de setembro (após Formação do Tarifário), no valor de 726.198,37 € (no quadro valor estimado), regista-se uma variação positiva da ordem dos 8% face à previsão efetuada, o que a manter igual comportamento às restantes previsões (outubro, novembro e dezembro), resulta na revisão, para cima, dos proveitos do 2.º semestre, os quais se prevê venham a ultrapassar, desta feita, os 3,6 milhões de euros, apresentando o ano 2016, no seu cômputo, um crescimento positivo previsto em cerca de 22 pontos percentuais (+1.319.465,38 €), quando comparado com o ano anterior.



Fonte: TAX Guias de receita emitidas entre 2014 e 2016 (3º quadrimestre - dados previsionais).
Tratamento UPOC

Concomitantemente, a análise gráfica da informação do quadro supra, relativa à execução mensal (2014, 2015 e 8 meses de 2016) e projeção (3.º quadrimestre de 2016) dos proveitos, evidencia a existência de dois picos, em 2016, nos meses de maio e agosto, os quais ultrapassaram, respetivamente, 1,034 e 1,131 milhões de euros que se poderá ter ficado a dever, designadamente, à aplicação tardia do Tarifário de 2016 na faturação dos serviços de águas.

Contribui para tal ilação a proximidade que a execução do primeiro quadrimestre de 2016 apresenta com a registada em igual período homólogo de 2015, e mesmo de 2014, facto que, associado ao aumento da tarifa registado em 2016 e ao comportamento dos restantes meses, conduziu a uma projeção dos restantes meses mais prudente assente num comportamento mais próximo do resultante da aplicação do tarifário de 2015.

Complementarmente, constituindo tal informação um imperativo subjacente à Formação do Tarifário para 2017, recorreu-se ao número de utilizadores (janeiro a agosto de 2016) e ao número de m³ de água consumida, por tipo de utilizador - Doméstico e Não Doméstico, incluindo os aplicáveis aos Tarifários Sociais, para o Concelho de Oeiras, facultados pelos SIMAS em outubro último.

Contudo, porque a informação facultada para os períodos de 2015 (total) e 2016 (janeiro a agosto) não apresentava a mesma configuração, dificultando uma análise cruzada de ambos os períodos para projeção das tarifas 2017, procedeu-se ao tratamento possível, através da sua apresentação num modelo que fosse comum a ambos os formatos, conforme de seguida se apresenta, o qual permitiu estimar os consumos para 2017, base de cálculo para a tarifa variável.

Quadro síntese de apuramento do consumo de m³ de água estimado para 2017, por tipo de utilizador

Utilizadores	2015		2016		2017		Grandes Produtores Estimativa (N.º m³)	N.º m³ projetados líquidos
	N.º m³ Total	Média Mensal	n.º m³ jan. a ago.	Média Mensal	N.º m³ projetados	Média Mensal		
Domésticos Normal								
Tarifa S10 / Domésticos	7.529.028	627.419	4.947.730	618.466	7.425.317	622.943	17.491	7.457.821
Tarifa S12 / Familiar c/ 5 elementos	116.727	9.727	19.875	2.484	73.270	6.106		73.270
Tarifa S13 / Familiar c/ 6 elementos	28.766	2.397	4.848	606	18.019	1.502		18.019
Tarifa S14 / Familiar c/ 7 ou mais elementos	23.200	1.933	4.104	513	14.678	1.223		14.678
Subtotal	7.697.721	641.427	4.976.557	622.070	7.581.278	631.773	17.491	7.563.787
Domésticos Social								
Tarifa S11 / Social	56.280	4.690	45.375	5.672	62.171	5.181		62.171
Subtotal	56.280	4.690	45.375	5.672	62.171	5.181	0	62.171
Total Utilizadores Domésticos	7.754.001	646.117	5.021.932	627.742	7.643.450	636.954	17.491	7.625.959
Não Domésticos Normal								
Tarifa S20 / Industrial	1.673.350	139.446	639.743	79.968	1.316.482	109.707	575.727	740.756
Tarifa S21 / Industrial	1.820	152	438.353	54.794	329.675	27.473		329.675
Tarifa S25 / Comércio e Indústria	29.618	2.468	295	37	15.000	1.250		15.000
Tarifa S30 / Estado	247.079	20.590	155.597	19.450	240.237	20.020		240.237
Tarifa S31 / Estado Fabril	4.497	375	2.235	279	3.925	327		3.925
Tarifa S50 / Comunas	206.301	17.192	447.524	55.316	435.044	36.254		435.044
Tarifa S51 / Comunas limitadas	1.576	131		0	788	66		788
Tarifa S52 / Jardins	886.264			0	0	0		0
Tarifa S60 / Serviços Gerais	29.761	2.480	14.386	1.798	25.670	2.139		25.670
Subtotal	3.080.766	182.434	1.692.133	211.642	2.366.851	197.238	575.727	1.791.124
Não Domésticos Social								
Tarifa S40 / Industrial	296.083	24.674	197.758	24.720	296.360	24.697		296.360
Subtotal	296.083	24.674	197.758	24.720	296.360	24.697	0	296.360
Total Utilizadores Não Domésticos	3.376.849	207.507	1.890.891	236.361	2.663.211	221.934	575.727	2.087.484
Total Geral	11.130.850	853.624	6.912.823	864.103	10.306.661	858.888	593.218	9.713.443

Fonte: Mail dos SIMAS de 12 de outubro de 2016.
Tratamento UPOIC.

A propósito desta estrutura importa salientar o seguinte:

- A não aplicabilidade das Tarifas RU na faturação dos SIMAS aos utilizadores não domésticos que, nos termos previstos no *Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras* venham, em sede do processo de recenseamento, a ser considerados Grandes Produtores², exige, no âmbito do Tarifário de 2017, uma projeção do impacto que este requisito possa ter sobre os vários indicadores;
- Por aplicação do referido no ponto anterior, apurou-se, em face da informação disponível, uma estimativa dos m³ que virão a ser deduzidos aos estimados para 2017 ao nível dos utilizadores não domésticos (domésticos apenas os Grandes Produtores correspondentes a condomínios);
- Os m³ projetados para 2017 correspondem aos 12 meses da média mensal para o mesmo período, estimada a partir da média aritmética simples da média mensal de 2015 (valor anual dado pelos SIMAS a dividir por 12 meses) e dos 8 meses de 2016 (informação dada pelos SIMAS);

² Com produção média diária de resíduos urbanos igual ou superior aos 1100 litros.

- Os m³ líquidos projetados para 2017 resultam, por seu turno, da dedução aos apurados no âmbito do ponto anterior dos m³ projetados para utilizadores domésticos e não domésticos que se prevê venham a ser Grandes Produtores, por aplicação do referido normativo, tendo por base, naturalmente, a informação disponível.

Paralelamente, para efeito do apuramento da tarifa de disponibilidade (ou fixa), igualmente faturada pelos SIMAS, foi por estes facultado o número de contadores/utilizadores, por tipologia, e também, por analogia aos m³ de água consumida, foram deduzidos os indicadores relativos aos utilizadores domésticos e não domésticos que, se perspetiva, virão a ser considerados Grandes Produtores, conforme sistematizado de seguida.

Quadro síntese de apuramento do número de utilizadores (contadores) estimado para 2017, por tipo de utilizador

Utilizadores	Formação Tantário 2016	31-08-2016	Varição V.A.	Grandes Produtores Estimativa (N.º de utilizadores)	Projeção 2017
<i>Domésticos Normal</i>					
Domésticos	85.326	83.792		32	83.760
Familiar c/ 5 elementos		613			613
Familiar c/ 6 elementos		139			139
Familiar c/ 7 ou mais elementos		71			71
<i>Subtotal</i>	<i>85.326</i>	<i>84.615</i>	<i>-711</i>	<i>32</i>	<i>84.583</i>
<i>Domésticos Social</i>					
Social	402	1.227	825		1.227
<i>Subtotal</i>	<i>402</i>	<i>1.227</i>	<i>825</i>	<i>0</i>	<i>1.227</i>
Total Utilizadores Domésticos	85.728	85.842	114	32	85.810
<i>Não Domésticos Normal</i>					
Comércio e Indústria	7138	5984		294	5.690
Estado		116			116
Autarquias		1137			1.137
Consumos Próprios		33			33
<i>Subtotal</i>	<i>7.138</i>	<i>7.270</i>	<i>132</i>	<i>294</i>	<i>6.976</i>
<i>Não Domésticos Social</i>					
Beneficência	340	349	9		349
<i>Subtotal</i>	<i>340</i>	<i>349</i>	<i>9</i>	<i>0</i>	<i>349</i>
Total Utilizadores Não Domésticos	7.478	7.619	141	294	7.325
Total Geral	93.206	93.461	255	326	93.135

Fonte: Mail dos SIMAS de 12 de outubro de 2016 e Formação de Tantário 2016.

Tratamento UPOC.

Sobre este quadro releva-se que:

- A coluna relativa à Formação do Tarifário de 2016 reporta o modelo simplista que se depreende ser utilizado por aplicação da Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril, da ERSAR e consubstancia-se pela informação facultada pelos SIMAS, em 2015, para esse efeito;
- A informação de 31 de agosto reporta-se à remetida pelos SIMAS, em outubro último, para Formação do Tarifário de 2017;
- A projeção para 2017 corresponde à informação mais atual (31 de agosto) deduzida dos contadores previstos para Grandes Produtores, por analogia ao atrás referido para os m³ de água consumida.

Para efeito do preenchimento da folha de trabalho dos proveitos provenientes dos resíduos urbanos (componente regulada), parte integrante do ficheiro de importação da informação para o Portal da ERSAR (produzido por esta entidade), foi efetuado o quadro que se segue, o qual traduz os indicadores subjacentes ao apuramento das tarifas RU no modelo atualmente aplicável.

Projeção do número de utilizadores e de m³ para 2017

Descrição	N.º Utilizadores	N.º m³
Domésticos	85.810	7.625.958
Tarifário Normal	84.583	7.563.787
Tarifário Social	1.227	62.171
Não Domésticos	7.325	2.087.484
Tarifário Normal	6.976	1.791.124
Tarifário Social	349	296.360
Total Geral	93.135	9.713.442

Nota: O arredondamento a unidade dos indicadores supra apresentados resultou na redução de 1 m³ de água.

Quanto aos custos das atividades reguladas, apresenta-se de seguida a síntese da projeção dos custos para 2017, os quais resultam, grosso o modo, da média aritmética simples do Reporte de Contas do exercício económico de 2015 (validado pela ERSAR a 10 de agosto de 2016) e da previsão de fecho de 2016, exceto o fornecimento de serviços em alta³ e as amortizações (calculadas a partir do quadro relativo aos investimentos previstos para 2017).

Neste contexto, importa salientar que o Tarifário de 2017 tem subjacente uma metodologia de apuramento dos Custos Indiretos e dos Custos Comuns diferente da utilizada nos dois tarifários anteriores, na medida em que, por analogia ao Reporte de

³ Fonte: Tratolixo – Quadro descritivo dos pagamentos decorrentes do Contrato para a AMTRES para O Município de Oeiras – Previsão do ano 2017.

Contas de 2015 (repercutido também na previsão de fecho de 2016), utiliza a informação produzida pela Contabilidade de Custos como referência, naturalmente, tendo por base os Custos Diretos da atividade de gestão de resíduos urbanos provisionados para o exercício.

Acresce referir, que os Custos Comuns têm, nessa medida, correspondência à Função 111 – Administração Geral, uma função de carácter interno e transversal a todas as restantes funções, incluindo a que constitui, por excelência, referência ao presente trabalho (Função 245 – Resíduos Sólidos).

Também ao nível dos custos foi retirada a parte imputável aos Grandes Produtores, o correspondente a 9% dos custos totais apurados para a atividade de gestão de resíduos urbanos, apurando-se, para efeito da atividade regulada e aplicação do tarifário em apreço, a estrutura de custos a seguir apresentada.

Projeção dos Custos para 2017

Custos	Valor	Est. %
Diretos	9.201.824,09 €	76
Indiretos	531.930,79 €	4
Comuns	2.438.957,07 €	20
Total	12.172.711,94 €	100

Por aplicação dos pressupostos atrás referidos, constata-se que os Custos Diretos são os mais expressivos (cerca de 76%, em oposição aos 67% registados no âmbito do Tarifário de 2016) seguidos dos Comuns, com cerca de 20%, os mesmos que no tarifário anterior detinham a menor expressão (então com 8,8%).

A inversão registada ao nível dos Custos Indiretos (em 2017 com um peso da ordem dos 24%) e dos Custos Comuns ficou a dever-se à alteração dos pressupostos de cálculo destes agregados com efeito no Reporte de Contas de 2015, conforme referido.

Não obstante o disposto no artigo 93.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de resíduos Urbanos (Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril, da ERSAR), sobre a necessidade de definir uma trajetória de convergência tarifária durante o período transitório (5 anos a contar da publicação do normativo), foi definido superiormente que o Tarifário de 2017 seria igual ao atualmente em vigor.

Em face dos custos projetados para 2017 e, presentes que se devem ter a decisão e os indicadores atrás mencionados, constata-se que, nos termos da informação que consta do quadro a seguir apresentado, o grau de cobertura expectável no âmbito de aplicação do Tarifário de 2017 situa-se nos 0,7 (em oposição aos 0,9 esperados aquando a Formação do Tarifário de 2016, em 2015).

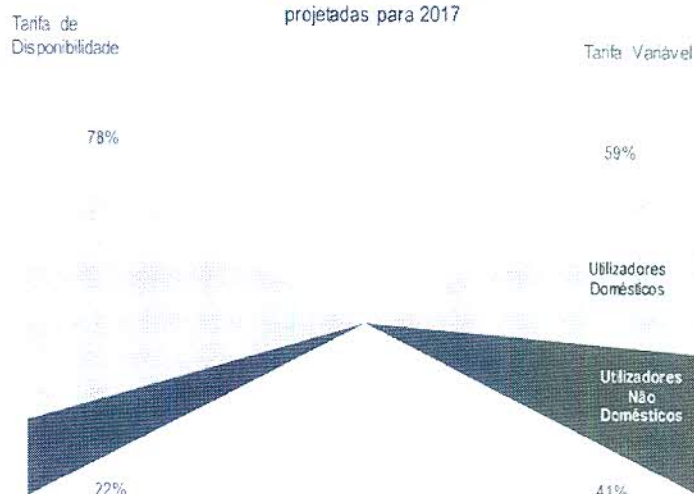
Releva-se, no entanto, que considerando a Previsão de Fecho para 2016, que aponta para uma execução estimada de custos e proveitos da ordem dos 12.244.744,35 € e 7.243.888,21 €, respetivamente, o grau de cobertura é, nessa medida, revisto para 0,6 em vez dos 0,9 previstos em sede da respetiva Formação de Tarifário.

Assim sendo, no que à faturação dos SIMAS diz respeito, importa apresentar a estrutura dos proveitos que por aplicação de cada tarifa, atualmente em vigor, são esperados para 2017, os quais têm correspondência direta aos custos que por esta via é previsível serem suportados.

Projeção dos Proveitos Diretos RU (faturação SIMAS) por Tarifa e por tipo de utilizador Tarifa para 2017

Descrição	Tarifa de Disponibilidade			Tarifa Variável			Total	Est. %
	Tarifa (diária/ utilizador)	Proveito Anual Previsto	Est. %	Tarifa (euros / m ³ de água consumida)	Proveito Anual Previsto	Est. %		
Domésticos		2.939.090,08 €	78%		2.682.812,02 €	59%	5.621.902,11 €	67%
Tarifário Normal	0,0952	2.939.090,08 €	78%	0,3518	2.660.940,27 €	58%	5.600.030,35 €	67%
Tarifário Social	Isento	0,00 €	0%	0,3518	21.871,76 €	0%	21.871,76 €	0%
Não Domésticos		840.928,17 €	22%		1.881.591,79 €	41%	2.722.519,97 €	33%
Tarifário Normal	0,3255	828.801,12 €	22%	0,9923	1.777.332,35 €	39%	2.606.133,47 €	31%
Tarifário Social	0,0952	12.127,05 €	0%	0,3518	104.259,45 €	2%	116.386,50 €	1%
Total Geral		3.780.018,26 €	100%		4.564.403,82 €	100%	8.344.422,07 €	100%

Proveniência das Tarifas projetadas para 2017





- Os utilizadores domésticos constituem o agregado mais expressivo em ambas as tarifas, com especial ênfase na tarifa de disponibilidade;
- Embora em menor número e por aplicação de uma tarifa variável, naturalmente superior à praticada para os utilizadores domésticos, os utilizadores não domésticos apresentam uma execução expectável nesta matéria igualmente expressiva que, em valor absoluto, ultrapassa 1,8 milhões.

Complementarmente, a análise do quadro permite tecer os seguintes comentários:

- 55% dos proveitos projetados resultam da aplicação do tarifário variável (4.564.403,82 €), em oposição aos 45% expectáveis por aplicação do tarifário de disponibilidade (3.780.018,26 €);
- 67% dos proveitos projetados provêm dos utilizadores domésticos e resultam quase na totalidade (cerca de 99,6%) da aplicação do tarifário normal;
- O tarifário social reflete-se num apoio da entidade gestora aos utilizadores beneficiários que ultrapassa, por via da aplicação do tarifário proposto, os 138 mil euros, registando maior expressão ao nível dos utilizadores não domésticos (cerca de 84%), cuja arrecadação proveniente do tarifário social variável se prevê vir a ultrapassar os 104 mil euros.

O efeito conjugado da opção de manutenção do tarifário RU praticado em 2016, em 2017, e da revisão dos indicadores subjacentes ao cálculo das tarifas (n.º de utilizadores = disponibilidade e n.º de m³ de água consumida = variável) tendentes a perspetivar o impacto da não aplicabilidade das tarifas RU aos Grandes Produtores, nos termos previstos no Regulamento de Serviço do Município de Oeiras, resulta, como seria expectável, na redução do grau de cobertura, conforme atrás se referiu, ainda que se considere em acréscimo a esta projeção os provenientes dos Serviços Auxiliares estimados (objeto de faturação pelo Município de Oeiras), num total de 2.188,91 €.

Efetivamente, os Serviços Auxiliares consubstanciam-se num agregado de proveitos diretos RU verdadeiramente inexpressivo quando comparado com o objeto de faturação pelos SIMAS, sendo de relevar que os valores objeto de submissão a Parecer da Entidade Reguladora, no âmbito da Formação do Tarifário de 2017, resultam da aplicação da estrutura tarifária prevista no referido regulamento, aos indicadores de execução dos primeiros 9 meses de 2016, na medida em que se considerou que os movimentos a registar em 2017 seriam similares aos do período de referência.

Concomitantemente, é imperativo ter presente o facto de os Serviços Auxiliares (SA), sendo objeto de Orçamentação Prévia, apenas são objeto de faturação pelo Município de Oeiras quando os resíduos urbanos a recolher atinjam ou ultrapassem os 1100 litros a pedido de Utilizadores Domésticos e Não Domésticos e Grandes Produtores. Para estes últimos, os SA correspondem a situações extra contrato no âmbito dos serviços prestados pela autarquia nos termos regulamentares previstos.



Conforme referido, foi possível formalizar o tarifário correspondente através da aplicação da estrutura tarifária prevista no regulamento de serviço do Município aos indicadores de execução registados para os primeiros 9 meses de 2016, tendo a informação obtida sido, posteriormente, sistematizada numa estrutura de aplicação direta ao modelo de submissão disponível pela ERSAR para Formação do Tarifário.


Síntese Tarifária aplicável aos Serviços Auxiliares em 2017

Serviços auxiliares	Ano 2017 (*)		
	Quantidade anual (#)	Tarifa (€)	Montante (€)
1. Utilização de Recursos Ordinários (RO)			1.936,26
1.1. Componente Fixa (RO) 2) / Unidade	8	47,9362	383,49
1.2. Componente Variável			1.552,77
1.2.1. Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM) / Km	285	0,9264	264,02
1.2.2. Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM) / Km	90	0,4632	41,69
1.2.3. Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional) / hora	20	16,8434	336,87
1.2.4. Assistente Operacional / hora	30	16,8434	505,30
1.2.5. Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro / Tonelada			
1.2.5.1. Utilizadores Domésticos / Tonelada	7	14,9959	104,97
1.2.5.2. Utilizadores Não Domésticos / Tonelada	4	29,9918	119,97
1.2.5.3. Grandes Produtores / Tonelada	3	59,9836	179,95
2. Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)			252,65
2.1. Componente Fixa (RHE) 3)		Isento	
2.2. Componente Variável		0,0000	252,65
2.2.1. Pedido de mão de Obra	15	16,8434	252,65
Total			2.188,91

NOTAS:

(*) Em termos de quantidades, assumiu-se que teria uma execução similar à registada no período compreendido entre janeiro e setembro de 2016.

Acresce referir que o quadro relativo aos SA foi elaborado a partir do registo dos vários orçamentos que, entre janeiro e setembro de 2016, tiveram lugar por aplicação do respetivo tarifário em vigor, o qual, no âmbito da Formação do Tarifário de 2016, foi pela primeira vez objeto de submissão a Parecer da Entidade Reguladora.




Custo total projetado	• 12 172 711,94 €
Financiado pelas Tarifas RU	• 8 346 610,99 €
Outros Provedos (subsidição implícita do Município)	• 3 826 100,95 €

Em suma, a aplicação da metodologia e dos princípios apresentados resulta num grau de cobertura por outros proveitos municipais de 0,3, o equivalente a cerca de 31% do custo total projetado para a atividade de gestão de resíduos urbanos (componente regulada).

III. Análise:

A decorrer o segundo ano consecutivo de aplicação do novo modelo tarifário, é possível efetuar uma análise comparativa do tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (faturação SIMAS) atualmente em vigor e a manter em 2017, conforme decisão superior e proposto no presente documento, com o anterior modelo, ainda que de uma forma simplista em face das grandes alterações sofridas em matéria da estrutura e dos princípios de aplicação.

Nesta perspetiva afigura-se relevante apresentar, desde logo, a estrutura comparativa das referidas tarifas para o período 2014 – 2017 (este ano igual a 2016), sendo de realçar que não foram considerados para efeito da presente análise a aplicação dos tarifários familiares aos utilizadores domésticos na medida em que o tarifário familiar, por aplicação do regulamento tarifário em vigor, não é aplicável ao Município de Oeiras, conforme já referido neste documento.



Análise Comparativa das Tarifas RU faturadas pelos SIMAS por aplicação do novo modelo tarifário (2015 a 2017) com o modelo anterior (2014, sem atualização desde 2011)
Preços Correntes

Utilizadores	2014		2015		2016 = 2017		Variação V.A. 2016=2017/2014		Variação V.A. 2016=2017/2015	
	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Tarifa Fixa	Tarifa Variável
Doméstico										
Normal	0,0667 €	0,1167 €	0,0770 €	0,2844 €	0,0952 €	0,3518 €	0,0285 €	0,2351 €	0,0182 €	0,0674 €
Social	0,0667 €	0,1145 €		0,2844 €		0,3518 €	-0,0667 €	0,2373 €	0,0000 €	0,0674 €
Não Doméstico										
Normal			0,1936 €	0,5694 €	0,3255 €	0,9923 €			0,1319 €	0,4229 €
Consumo Industrial / Comercial / Empresas Públicas (0-150 m³)	0,1667 €	0,6834 €					0,1588 €	0,3089 €		
Consumo Industrial / Comercial / Empresas Públicas (mais de 150 m³)	0,1667 €	0,9348 €					0,1588 €	0,0575 €		
Estado / Pessoas de Direito Coletivo Público	0,1667 €	0,9704 €					0,1588 €	0,0219 €		
CMO, CMA e Juntas de Freguesia de Oeiras e Amadora	0,1667 €	0,2532 €					0,1588 €	0,7391 €		
Câmaras limítrofes	0,1667 €	0,3034 €					0,1588 €	0,6869 €		
Social (Beneficência)	0,1667 €	0,2532 €	0,0770 €	0,2844 €	0,0952 €	0,3518 €	-0,0715 €	0,0986 €	0,0182 €	0,0674 €

Nota:

Tarifa Fixa ou Tarifa de Disponibilidade é aplicável diariamente por utilizador e a Tarifa Variável é aplicável por m³ de água consumida.

As tarifas RU familiares no âmbito de aplicação do Tarifário de 2014 não são comparáveis no contexto da presente análise, na medida em que deixaram de ter aplicabilidade prática ao atual modelo tarifário no Município de Oeiras, nos termos do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Deliberação n.º 926/2014, de 15 de abril, da ERSAR). O tarifário familiar passou apenas a ser aplicável quando o cálculo da Tarifa Variável seja realizado a partir do Sistema PAYT (Pay As You Throw).

A variação negativa, em valor absoluto, apresentada para a tarifa de disponibilidade (ou fixa) aplicável aos utilizadores domésticos que beneficiam do tarifário social evidencia, inequivocamente, os efeitos da aplicação do novo modelo tarifário, quando comparado com o de 2014, correspondendo, na prática, a variação registada, à isenção do pagamento da tarifa, prevista no n.º 3 do artigo 22.º do regulamento tarifário de resíduos urbanos.

Paralelamente, a variação de igual tendência registada na tarifa de disponibilidade (ou fixa) aplicável aos utilizadores não domésticos que declarem ser pessoas coletivas de utilidade pública, deve-se à aplicação de uma tarifa de valor inferior ao

praticado em 2014, o qual corresponde, nos termos regulamentares previstos, à tarifa análoga aplicável, no âmbito do tarifário normal, aos utilizadores domésticos.

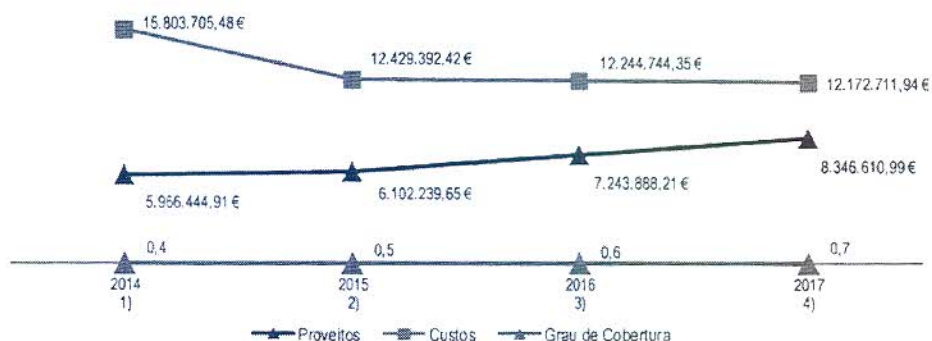
Em oposição ao comportamento registado pela tarifa de disponibilidade, a tarifa variável, em vigor e proposta para 2017, apresenta para ambas as tipologias de utilizadores e para o tarifário normal e social valores superiores aos praticados em 2014, sendo de relevar a existência de variações diversificadas consoante os diferentes utilizadores não domésticos as quais variam entre os cerca de dois céntimos de euro registadas no agregado que integra o *Estado e Pessoas de Direito Coletivo Públicos* e os cerca de setenta e quatro céntimos de euro para a *CMO, CMA e Juntas de Freguesia de Oeiras e Amadora*, passando pelos dez céntimos de euro registados na tarifa variável social aplicável aos utilizadores não domésticos.

Acresce referir que os utilizadores, com correspondência ao *Consumo Industrial/Comercial/Empresas Públicas*, apresentam uma variação positiva em 2016 e 2017 comparativamente com 2014 que, por m³ de água consumida, pode variar entre os cerca de 0,06 € (consumo superior aos 150 m³) e os 0,31 € (consumo igual ou inferior a 150 m³).

Relativamente ao Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de 2016 e 2017, importa salientar que, comparativamente com o anterior (primeiro com aplicação do novo modelo), reflete um aumento generalizado das tarifas tendo em vista o cumprimento do estabelecido no artigo 93.º do regulamento tarifário sobre a necessidade de as entidades gestoras deverem definir uma trajetória de convergência tarifária, no total respeito pelo disposto no n.º 1 do artigo 52.º do referido diploma, o qual estipula que os tarifários do serviço de gestão de resíduos urbanos devem ser definidos por *"...forma a refletirem a recuperação dos custos incorridos com a prestação do serviço em cenário de eficiência, incluindo o custo anual da manutenção e substituição das infraestruturas e equipamentos."*

Neste sentido, o gráfico a seguir apresentado ilustra as variações registadas nas tarifas aplicadas durante o período em análise, perceptível pelo aumento dos proveitos daí resultantes que associado à redução dos custos da atividade repercute-se numa melhoria, embora tímida, do grau de cobertura o qual, para a informação apurada, apresenta uma variação positiva em cerca de 1 décima de um ano para outro. Ainda assim, apesar de se manter aquém do que o regulamento tarifário estipula é evidente o caminho percorrido em matéria de convergência tarifária ao longo deste período, naturalmente, suportado na informação apresentada, consubstanciada em dados encerrados e reportados (2014 e 2015) e em dados projetados para 2016 e 2017.

Evolução dos indicadores da Atividade de gestão RU entre 2014 e 2017,
Preços Correntes



Notas:

1) Fonte - Reporte de Contas de 2014 validado pela Entidade Reguladora a 16 de fevereiro de 2016, Tarifário em vigor desde 1 de janeiro de 2012 sem qualquer atualização.

2) Fonte - Reporte de Contas de 2015 validado pela Entidade Reguladora a 10 de agosto de 2016, primeiro tarifário realizado ao abrigo da Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril da ERSAR, Formação do Tarifário 2015 (Custos = 13.616.566,15 € / Proveitos = 7.745.843,24 €).

* Proveitos = + 1.000.000,00 € que os proveitos registados em 2013 (não foram considerados Serviços Auxiliares);

* Custos = Média Aritmética simples dos Reportes de Contas de 2012 e 2013;

3) Fonte - Formação de Tarifário 2017 = Previsão de fecho de exercício 2016, Formação do Tarifário 2016 (Custos = 11.285.851,52 € / Proveitos = 9.596.420,14 €).

* Proveitos = 85% do custo total projetado (Tarifas RU SIMAS) acrescido dos Serviços Auxiliares;

* Custos = Média Aritmética simples dos Reportes de Contas de 2013 e 2014 (exceto fornecimentos em alta e amortizações);

4) Fonte - Formação de Tarifário 2017 = Previsão 2017 (Custos = Média Aritmética Simples do Reporte de Contas de 2015 e Previsão de Fecho de Exercício 2016, exceto fornecimentos em alta e amortizações), Tarifário 2017 = Tarifário 2016.

A análise do gráfico permite ainda aferir uma quebra abrupta dos custos realizados em 2015 comparativamente com o ano anterior, que ultrapassou os 3 milhões de euros, que se ficou a dever, grosso o modo, ao cumprimento do dever de equilíbrio junto da AMTRES/Tratolixo (cerca de 1,8 milhões de euros) e ao tratamento mais fino da informação em 2015 consubstanciado pela redução dos custos da atividade de gestão de resíduos urbanos da parte correspondente aos Grandes Produtores (8%). De referir que, para este efeito, 2016 contempla mais 1% (9% em vez dos 8% de 2015), apurado a partir da execução dos movimentos de mão de obra direta registados no OAD (Sistema de Obras por Administração Direta) para o 1.º semestre de 2016 resultantes da alteração da Tabela de Bens e Serviços da Contabilidade de Custos em vigor no corrente ano, a qual se traduziu na desagregação das várias tipologias de resíduos urbanos por agregado de proveniência (componentes: regulada e não regulada).

Complementarmente à análise da evolução da estrutura tarifária praticada para os serviços de gestão de resíduos urbanos, para o período 2014-2017 (este igual a 2016), considera-se ainda atinente efetuar uma análise, à luz do ficheiro produzido pela ERSAR para efeito de Formação do Tarifário, dos encargos anuais que resultam da aplicação direta das diferentes tarifas a consumos mensais de 5 m³, 10 m³ e 15 m³ (respetivamente, 60 m³, 120 m³ e 180 m³), conforme quadros que se apresentam.

Análise Comparativa dos Encargos Anuais para consumos de água de 60 m³ (5 m³ mensais) por aplicação do novo modelo tarifário (2015 a 2017) com o modelo anterior (2014, sem atualização desde 2011)
Preços Correntes

Utilizadores	2014			2015			2016 = 2017			Variação V.A. 2016=2017/2014				Variação V.A. 2016=2017/2015			
	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Total Mensal	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Total Mensal
Doméstico																	
Normal	24,33 €	7,00 €	31,33 €	28,11 €	17,06 €	45,17 €	34,75 €	21,11 €	55,86 €	10,41 €	14,11 €	24,52 €	2,04 €	9,84 €	4,04 €	16,89 €	0,89 €
Social	24,33 €	6,87 €	31,20 €	0,00 €	17,06 €	17,06 €	0,00 €	21,11 €	21,11 €	-24,33 €	14,24 €	10,12 €	-0,84 €	0,00 €	4,04 €	4,04 €	0,34 €
Não Doméstico																	
Normal				70,66 €	34,16 €	104,83 €	118,81 €	59,54 €	178,35 €					48,14 €	25,37 €	73,52 €	6,13 €
Consumo Industrial / Comercial / Empresas Públicas	60,83 €	87,01 €	147,84 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	18,53 €	76,51 €	6,38 €				0,00 €
Edifício / Pressão de Direção / Utilizador Público	60,83 €	58,22 €	119,06 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	1,31 €	59,28 €	4,94 €				0,00 €
DAU / CMA e Junta de Freguesia de Oeiras e Amadora	60,83 €	15,16 €	75,99 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	44,35 €	102,32 €	4,53 €				0,00 €
Câmara Amadora	60,83 €	18,21 €	79,04 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	41,33 €	99,31 €	8,28 €				0,00 €
Social (Benevolência)	60,83 €	15,19 €	76,02 €	28,11 €	17,06 €	45,17 €	34,75 €	21,11 €	55,86 €	15,05 €	5,92 €	20,97 €	-1,82 €	8,84 €	4,04 €	10,69 €	0,89 €

Análise Comparativa dos Encargos Anuais para consumos de água de 120 m³ (10 m³ mensais) por aplicação do novo modelo tarifário (2015 a 2017) com o modelo anterior (2014, sem atualização desde 2011)
Preços Correntes

Utilizadores	2014			2015			2016 = 2017			Variação V.A. 2016=2017/2014				Variação V.A. 2016=2017/2015			
	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Total Mensal	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Total Mensal
Doméstico																	
Normal	24,33 €	31,82 €	56,15 €	28,11 €	34,13 €	62,23 €	34,75 €	42,22 €	76,96 €	10,41 €	10,40 €	20,81 €	1,73 €	6,64 €	8,09 €	14,73 €	1,23 €
Social	24,33 €	31,69 €	56,02 €	0,00 €	34,13 €	34,13 €	0,00 €	42,22 €	42,22 €	-24,33 €	10,53 €	13,81 €	-1,15 €	0,00 €	8,09 €	8,09 €	0,87 €
Não Doméstico																	
Normal				70,66 €	68,33 €	138,99 €	118,81 €	119,58 €	237,82 €					48,14 €	50,75 €	98,89 €	8,24 €
Consumo Industrial / Comercial / Empresas Públicas	60,83 €	62,21 €	123,04 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	37,26 €	95,04 €	7,92 €				0,00 €
Edifício / Pressão de Direção / Utilizador Público	60,83 €	116,49 €	177,32 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	2,63 €	60,60 €	5,26 €				0,00 €
DAU / CMA e Junta de Freguesia de Oeiras e Amadora	60,83 €	32,38 €	93,22 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	88,95 €	146,67 €	12,22 €				0,00 €
Câmara Amadora	60,83 €	35,41 €	97,25 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	82,66 €	140,64 €	11,72 €				0,00 €
Social (Benevolência)	60,83 €	30,38 €	91,22 €	28,11 €	34,13 €	62,23 €	34,75 €	42,22 €	76,96 €	12,09 €	19,83 €	31,92 €	-1,19 €	8,84 €	8,09 €	14,73 €	1,23 €

Análise Comparativa dos Encargos Anuais para consumos de água de 180 m³ (15 m³ mensais) por aplicação do novo modelo tarifário (2015 a 2017) com o modelo anterior (2014, sem atualização desde 2011)
Preços Correntes

Utilizadores	2014			2015			2016 = 2017			Variação V.A. 2016=2017/2014				Variação V.A. 2016=2017/2015			
	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Total Mensal	Tarifa Fixa	Tarifa Variável	Total Anual	Total Mensal
Doméstico																	
Normal	24,33 €	56,63 €	80,97 €	28,11 €	51,19 €	79,30 €	34,75 €	63,32 €	98,07 €	10,41 €	5,69 €	17,10 €	1,43 €	9,84 €	12,13 €	18,78 €	1,56 €
Social	24,33 €	56,51 €	80,84 €	0,00 €	51,19 €	51,19 €	0,00 €	63,32 €	63,32 €	-24,33 €	6,82 €	17,51 €	-1,43 €	0,00 €	12,13 €	12,13 €	1,41 €
Não Doméstico																	
Normal				70,66 €	102,49 €	173,16 €	118,81 €	178,61 €	297,42 €					48,14 €	76,17 €	124,27 €	10,36 €
Consumo Industrial / Comercial / Empresas Públicas	60,83 €	123,02 €	183,85 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	55,40 €	113,57 €	9,46 €				0,00 €
Edifício / Pressão de Direção / Utilizador Público	60,83 €	174,67 €	235,51 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	3,94 €	61,92 €	5,16 €				0,00 €
DAU / CMA e Junta de Freguesia de Oeiras e Amadora	60,83 €	45,57 €	106,41 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	133,04 €	191,01 €	15,92 €				0,00 €
Câmara Amadora	60,83 €	54,62 €	115,45 €			0,00 €			0,00 €	57,97 €	124,00 €	181,97 €	15,16 €				0,00 €
Social (Benevolência)	60,83 €	45,57 €	106,41 €	28,11 €	51,19 €	79,30 €	34,75 €	63,32 €	98,07 €	26,09 €	17,75 €	43,84 €	-0,62 €	8,84 €	12,13 €	18,78 €	1,56 €

Nota:

Tarifa Fixa ou Tarifa de Disponibilidade é aplicável diretamente por utilizador e a Tarifa Variável é aplicável por m³ de água consumida.

Por aplicação do Tarifário aplicável em 2014, os utilizadores enquadrados no agregado do Consumo Industrial / Comercial / Empresas Públicas que consumiram mais de 150 m³ o valor da tarifa variável (por m³) esconde aos 0,9348 €. Este esconde não foi objeto da presente análise.

As tarifas RU tendentes no âmbito de aplicação do Tarifário de 2014 não são comparáveis no contexto da presente análise, na medida em que dependem de ter aplicabilidade prática ao atual modelo tarifário no Município de Oeiras, nos termos do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (Deliberação n.º 926/2014, de 15 de abril, da ERSAR). O tarifário familiar passou apenas a ser aplicável quando o cálculo da Tarifa Variável seja realizado a partir do Sistema PAYT (Pay As You Throw).

A análise cruzada dos quadros permite aferir o seguinte:

- Qualquer dos cenários de consumo evidencia uma variação negativa em 2016 e 2017 face a 2014 para os tarifários sociais, fruto do atual modelo aplicável;
- Em face da atual ausência de escalões de consumo ao nível de todos os utilizadores constata-se que, nos domésticos, por aplicação do tarifário normal, à medida que os consumos aumentam a variação positiva registada em 2016 e 2017, face a 2014, vai sendo menos expressiva (+2,04 € e +1,43 € para consumos de 60 m³ e 180 m³, respetivamente);
- Por seu turno, a ausência de escalões para os utilizadores não domésticos, em igual período quando comparado com 2014, dificulta a análise comparativa para as diferentes tipologias de utilizadores do tarifário normal, embora a tendência seja o aumento da expressividade da variação à medida que os consumos aumentam;
- Quer os utilizadores domésticos quer os não domésticos, em ambos os tarifários aplicáveis (normal e social) registam variações positivas em 2016 (igual em 2017), comparativamente a 2015, decorrentes, como atrás se referiu, do processo de convergência tarifária, ou seja, da recuperação, através dos proveitos, dos custos incorridos com a prestação do serviço em cenário de eficiência.

Complementarmente, à análise supra e encontrando-se a decorrer o período transitório de 5 anos, no âmbito do qual deve decorrer a referida convergência tarifária, acresce referir que a decisão de manutenção do tarifário de 2016 em 2017 se prende, no essencial, ao desconhecimento do impacto da entrada em vigor do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras nas contas da atividade de gestão de resíduos urbanos.

Finalmente, considera-se oportuno destacar algumas considerações que se depreendem ou constam do Parecer emitido pela ERSAR, a saber:

1. A análise do resumo dos indicadores aponta, respetivamente:
 - a. Para a melhoria do Grau de Cobertura do Gasto Total, o qual, apesar das recomendações apresentadas, alterou de 0,6 em 2016 (insatisfatório) para 0,7, em 2017, ainda assim, insatisfatório, "*...não obstante a evolução positiva que se tem vindo a registar.*", refere a mesma entidade;
 - b. Para a manutenção da apreciação sobre o Custo Unitário de Exploração, o qual se mantém insatisfatório não obstante a descida registada de 155,19 € em 2016 para 144,92 € em 2017;
 - c. Para a boa Acessibilidade Económica (0,15%), igual comportamento ao previsto para 2016;

2. Refere ainda que *"Para a prestação do serviço no município de Oeiras em 2017, será necessário recorrer a um nível de subsidiação que atinge os 3,8 milhões de euros."* (conforme acima referido).
3. Releva que *"os custos unitários de exploração projetados para 2017 são insatisfatórios na medida em que registam valores superiores aos considerados adequados pela ERSAR para a prestação do serviço."*
4. A título de conclusão alude que *"a CM Oeiras propõe um tarifário para o serviço de gestão de resíduos urbanos que conduz a uma recuperação de custos por via tarifária insuficiente, devendo promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços, sem comprometer a acessibilidade económica."*
5. Considera, no âmbito da Estrutura Tarifária, que *"Sem prejuízo das observações efetuadas, apraz-nos verificar que a estrutura tarifária prevista aplicar em 2017 pela CM Oeiras cumpre as principais disposições do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos"*.

IV. Proposta:

Em face do exposto propõe-se ao Órgão Executivo que:

1. Aprove, por aplicação da legislação em vigor nomeadamente a atrás referida, a alteração do tarifário em vigor, publicitado no Edital n° 345/2015 de 18 de dezembro e respetivo enquadramento, pelo Tarifário para 2017 submetido à ERSAR e objeto de Parecer, nos termos e em conformidade com comunicação desta entidade que junto se anexa (sua Referência: O-009810/2016, de 24 de novembro);
2. Após tal aprovação, se proceda à publicitação da estrutura do "Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos" para o Município de Oeiras, para o ano 2017, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, do Tarifário Social, bem como do Tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares, conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56° da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.

Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2017
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2017		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade (Fixa) Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Artigo 21º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU) publicado a 15 de abril de 2014 (Diário da República nº 74 - 2ª Série), relativo às Diferenciações Tarifárias
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa disponibilidade (fixa), depende da existência de comprovada situação de carência económica (alínea a) do nº 1, nº 2 e nº 3 do artigo 22º do RTSGRU), pelo sistema de segurança social
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicável exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos (alínea b) do nº 1 e nº 4 do artigo 22º do RTSGRU)
Conforme Formação de Tarifário para 2017 objeto de Parecer positivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 24 de novembro de 2016 sua referência: O-009810/2016)			

Nota:

Nos termos do nº 2 do artigo 22º relativo aos Tarifários Sociais do RTSGRU, considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1º Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada - 2017

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código			Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores
					sem IVA
					1)
1.			Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.		Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.		Componente Variável		
1.	2.	1.	Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.	Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.	Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.	Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.	Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.			Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.		Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.		Componente Variável		
2.	2.	1.	Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) Componente Fixa (RO) - Isenção do pagamento sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) Componente Fixa (RHE) - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.



22 / 22

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

V. Anexo:

Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 24 de novembro de 2016, sua referência: O-009810/2016, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2017 do Município de Oeiras.

À Consideração Superior,

A Técnica Superior de Economia
Fernanda Ribeiro

